



**PAUTA
PARA A 42ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 19 DE MAIO DE 2015**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 730, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Ribeirão Grande como Município de Interesse Turístico.

2 - Projeto de lei nº 731, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Tapiraí como Município de Interesse Turístico.

3 - Projeto de lei nº 732, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Sete Barras como Município de Interesse Turístico.

4 - Projeto de lei nº 733, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Andradina como Município de Interesse Turístico.

5 - Projeto de lei nº 734, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Classifica Luiz Antônio como Município de Interesse Turístico.

6 - Projeto de lei nº 735, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Classifica Jaboticabal como Município de Interesse Turístico.

7 - Projeto de lei nº 736, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Classifica Bebedouro como Município de Interesse Turístico.

8 - Projeto de lei nº 737, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Classifica Cássia dos Coqueiros como Município de Interesse Turístico.

- 9 - Projeto de lei nº 738, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Classifica Santo Antônio da Alegria como Município de Interesse Turístico.
- 10 - Projeto de lei nº 739, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Classifica Altinópolis como Município de Interesse Turístico.
- 11 - Projeto de lei nº 740, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Classifica Zacarias como Município de Interesse Turístico.
- 12 - Projeto de lei nº 741, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Classifica Cajuru como Município de Interesse Turístico.
- 13 - Projeto de lei nº 742, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Classifica Dumont como Município de Interesse Turístico.
- 14 - Projeto de lei nº 743, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Classifica Sertãozinho como Município de Interesse Turístico.
- 15 - Projeto de lei nº 744, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Ourinhos como Município de Interesse Turístico.
- 16 - Projeto de lei nº 745, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Santa Bárbara d'Oeste como Município de Interesse Turístico.
- 17 - Projeto de lei nº 746, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Barretos como Município de Interesse Turístico.
- 18 - Projeto de lei nº 747, de 2015, de autoria do deputado Paulo Correa Jr. Classifica Cubatão com Município de Interesse Turístico.
- 19 - Projeto de lei nº 748, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Barbosa como Município de Interesse Turístico.
- 20 - Projeto de lei nº 749, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Paulo de Faria como Município de Interesse Turístico.
- 21 - Projeto de lei nº 750, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Cardoso como Município de Interesse Turístico.
- 22 - Projeto de lei nº 751, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Bebedouro como Município de Interesse Turístico.

23 - Projeto de lei nº 752, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Uchoa como Município de Interesse Turístico.

24 - Projeto de lei nº 753, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Classifica Santa Rosa de Viterbo como Município de Interesse Turístico.

25 - Projeto de lei nº 754, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Classifica Ribeirão Preto como Município de Interesse Turístico.

26 - Projeto de lei nº 755, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Espírito Santo do Pinhal como Município de Interesse Turístico.

27 - Projeto de lei nº 756, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Tatuí como Município de Interesse Turístico.

28 - Projeto de lei nº 757, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Barretos como Município de Interesse Turístico.

29 - Projeto de lei nº 758, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Ubarana como Município de Interesse Turístico.

30 - Projeto de lei nº 759, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Icém com Município de Interesse Turístico.

31 - Projeto de lei nº 760, de 2015, de autoria do deputado Celso Giglio. Classifica Pirapora do Bom Jesus como Município de Interesse Turístico.

32 - Projeto de lei nº 761, de 2015, de autoria do deputado Celso Giglio. Classifica Santana de Parnaíba como Município de Interesse Turístico.

33 - Projeto de lei nº 762, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Mira Estrela como Município de Interesse Turístico.

34 - Projeto de lei nº 763, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Palestina como Município de Interesse Turístico.

35 - Projeto de lei nº 764, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Boituva como Município de Interesse Turístico.

36 - Projeto de lei nº 765, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Indiaporã como Município de Interesse Turístico.

37 - Projeto de lei nº 766, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Tabatinga como Município de Interesse Turístico.

38 - Projeto de lei nº 767, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Guapiaçu como Município de Interesse Turístico.

39 - Projeto de lei nº 768, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Barbosa como Município de Interesse Turístico.

40 - Projeto de lei nº 769, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Pontes Gestal como Município de Interesse Turístico.

41 - Projeto de lei nº 770, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Jales como Município de Interesse Turístico.

42 - Projeto de lei nº 771, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Populina como Município de Interesse Turístico.

43 - Projeto de lei nº 772, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Rubinéia como Município de Interesse Turístico.

44 - Projeto de lei nº 773, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Buritama como Município de Interesse Turístico.

45 - Projeto de lei nº 774, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Paulo de Faria como Município de Interesse Turístico.

46 - Projeto de lei nº 775, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Riolândia como Município de Interesse Turístico.

47 - Projeto de lei nº 776, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Rosana como Município de Interesse Turístico.

2ª Sessão

1 - Projeto de resolução nº 17, de 2015, de autoria do deputado Igor Soares. Cria o "Programa Escola no Legislativo" no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

2 - Projeto de resolução nº 18, de 2015, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Institui a "Medalha do Mérito Cultural".

3 - Projeto de lei nº 681, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Ribeira como Município de Interesse Turístico.

4 - Projeto de lei nº 682, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Sales como Município de Interesse Turístico.

5 - Projeto de lei nº 683, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Mira Estrela como Município de Interesse Turístico.

6 - Projeto de lei nº 684, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Indiaporã como Município de Interesse Turístico.

7 - Projeto de lei nº 685, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Guaraci como Município de Interesse Turístico.

8 - Projeto de lei nº 686, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Rubinéia como Município de Interesse Turístico.

9 - Projeto de lei nº 687, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Jales como Município de Interesse Turístico.

10 - Projeto de lei nº 688, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Classifica Caçapava como Município de Interesse Turístico.

11 - Projeto de lei nº 689, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Classifica Cachoeira Paulista como Município de Interesse Turístico.

12 - Projeto de lei nº 690, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Classifica Cruzeiro como Município de Interesse Turístico.

13 - Projeto de lei nº 691, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Classifica Igaratá como Município de Interesse Turístico.

14 - Projeto de lei nº 692, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Classifica Lagoinha como Município de Interesse Turístico.

15 - Projeto de lei nº 693, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Classifica Lorena como Município de Interesse Turístico.

16 - Projeto de lei nº 694, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Classifica Monteiro Lobato como Município de Interesse Turístico.

17 - Projeto de lei nº 695, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Classifica Natividade da Serra como Município de Interesse Turístico.

18 - Projeto de lei nº 696, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Classifica Paraibuna como Município de Interesse Turístico.

19 - Projeto de lei nº 697, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Classifica Piquete como Município de Interesse Turístico.

20 - Projeto de lei nº 698, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Classifica Tambaú como Município de Interesse Turístico.

21 - Projeto de lei nº 699, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Classifica Pindamonhangaba como Município de Interesse Turístico.

22 - Projeto de lei nº 700, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Classifica Redenção da Serra como Município de Interesse Turístico.

23 - Projeto de lei nº 701, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Classifica Queluz como Município de Interesse Turístico.

24 - Projeto de lei nº 702, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Santa Clara D'Oeste como Município de Interesse Turístico.

25 - Projeto de lei nº 703, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Braúna como Município de Interesse Turístico.

26 - Projeto de lei nº 704, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Araçatuba como Município de Interesse Turístico.

27 - Projeto de lei nº 705, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Adolfo como Município de Interesse Turístico.

28 - Projeto de lei nº 706, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Santa Albertina como Município de Interesse Turístico.

29 - Projeto de lei nº 707, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Sud Mennucci como Município de Interesse Turístico.

30 - Projeto de lei nº 708, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Guaíra como Município de Interesse Turístico.

31 - Projeto de lei nº 709, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Colômbia como Município de Interesse Turístico.

32 - Projeto de lei nº 710, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Palestina como Município de Interesse Turístico.

33 - Projeto de lei nº 711, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Pontes Gestal como Município de Interesse Turístico.

34 - Projeto de lei nº 712, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Monte Alto como Município de Interesse Turístico.

35 - Projeto de lei nº 713, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Zacarias como Município de Interesse Turístico.

36 - Projeto de lei nº 714, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Santo Antônio do Aracanguá como Município de Interesse Turístico.

37 - Projeto de lei nº 715, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Populina como Município de Interesse Turístico.

38 - Projeto de lei nº 716, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Ubarana como Município de Interesse Turístico.

39 - Projeto de lei nº 717, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Três Fronteiras como Município de Interesse Turístico.

40 - Projeto de lei nº 718, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Colina como Município de Interesse Turístico.

41 - Projeto de lei nº 719, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Classifica Tambaú como Município de Interesse Turístico.

42 - Projeto de lei nº 720, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Classifica Vista Alegre do Alto como Município de Interesse Turístico.

43 - Projeto de lei nº 721, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Classifica Miguelópolis como Município de Interesse Turístico.

44 - Projeto de lei nº 722, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Classifica São Simão como Município de Interesse Turístico.

45 - Projeto de lei nº 723, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Classifica Brodowski como Município de Interesse Turístico.

46 - Projeto de lei nº 724, de 2015, de autoria do deputado Orlando Morando. Dá a denominação de "Comendador Wilson Prieto" ao viaduto localizado na Rodovia Marechal Rondon, km 136.600, em Porto Feliz.

47 - Projeto de lei nº 725, de 2015, de autoria do deputado Orlando Morando. Dá a denominação de "Maurício de Castro" à Escola Estadual São Pedro, em São Bernardo do Campo.

48 - Projeto de lei nº 726, de 2015, de autoria do deputado Igor Soares. Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado a Marcha para Jesus de Itapevi.

49 - Projeto de lei nº 727, de 2015, de autoria do deputado Celino Cardoso. Dispõe sobre autorização para transladar animais domésticos de pequeno porte em trens, metrô e ônibus intermunicipais.

50 - Projeto de lei nº 728, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "José Gazzolla" ao pontilhão localizado no km 19+930m da Rodovia Orlando Quagliato - SP 327, em Santa Cruz do Rio Pardo.

51 - Projeto de lei nº 729, de 2015, de autoria do deputado Carlos Cezar. Altera a Lei nº 14.424, de 2011, que institui o 'Dia da Marcha para Jesus'.

52 - Moção nº 36, de 2015, de autoria das deputadas Beth Sahão e Leci Brandão. Manifesta repúdio à forma agressiva e desrespeitosa com que os Deputados Federais Roberto Freire (PPS-SP) e Alberto Fraga (DEM-DF) se conduziram e se referiram em relação à também Deputada Federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ), no último dia 6 de maio, na Câmara Federal.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 674, de 2015, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Dispõe sobre o monitoramento por câmeras de eventos temporários realizados no Estado com público estimado igual ou superior a 10.000 pessoas.

2 - Projeto de lei nº 675, de 2015, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Disciplina o uso das denominações "cartório" e "cartório extrajudicial" no Estado.

3 - Projeto de lei nº 676, de 2015, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Autoriza o Poder Executivo a criar o "Programa de Desoneração Parcial do IPVA aos usuários das Rodovias Concessionadas do Estado", que tem por objetivo a devolução de parte dos valores pagos por tarifa de pedágio.

4 - Projeto de lei nº 677, de 2015, de autoria do deputado Márcio Camargo. Institui o "Dia Estadual da União e Defesa da Família".

5 - Projeto de lei nº 678, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Institui o "Dia Estadual de Luta pela Dignidade do Servidor Público Readaptado".

6 - Projeto de lei nº 679, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE" em Pereiras.

7 - Projeto de lei nº 680, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Dá a denominação de "Prefeito Sussumi Ivama" ao viaduto localizado no km 489+450m da Rodovia Marechal Rondon, em Penápolis.

8 - Moção nº 35, de 2015, de autoria da deputada Beth Sahão. Protesta contra a forma como o Governo do Paraná se conduziu em relação aos recentes protestos de professores e outros funcionários públicos e, de forma especial, manifesta veemente repúdio à ação da Polícia Militar daquele Estado, que reprimiu, de modo extremamente violento, os manifestantes que se concentraram diante da sede da Assembleia Legislativa daquele Estado.

4ª Sessão

1 - Projeto de resolução nº 16, de 2015, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim e outros. Cria Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a violência praticada por torcidas de futebol no Estado.

2 - Projeto de lei nº 663, de 2015, de autoria do deputado Celso Giglio. Institui procedimento de divulgação do "recall" por meio de órgãos da Administração Estadual.

3 - Projeto de lei nº 664, de 2015, de autoria do deputado Celso Giglio. Dá a denominação de "Ricardo Genesio da Silva" à unidade escolar localizada no Jardim das Bandeiras, em Osasco.

4 - Projeto de lei nº 665, de 2015, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Dá a denominação de "João Alves Martins" ao trevo localizado no km 37 da Rodovia Geraldo Martins de Souza - SP 287, em Piraju.

5 - Projeto de lei nº 666, de 2015, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Declara de utilidade pública a "Associação Cultural, Recreativa, Esportiva Beneficente - ACRED", em Ipeúna.

6 - Projeto de lei nº 667, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Declara de utilidade pública o "Grupo Fraternal de Assistência - GFA", na Capital.

7 - Projeto de lei nº 668, de 2015, de autoria do deputado Paulo Correa Jr. Obriga as escolas da rede pública do Estado que ofereçam o ensino fundamental regular a manter os alunos em suas dependências durante todo o turno em que estejam matriculados, mesmo sem aula no período, no caso de falta de professores.

8 - Projeto de lei nº 669, de 2015, de autoria do deputado Edmir Chedid. Dá a denominação de "Complexo Viário Katsuhiko Katsuragawa" ao dispositivo rodoviário localizado no km 120 da Rodovia Estadual SP 79, ponto de encontro com a Rodovia Estadual SP 250, em Piedade.

9 - Projeto de lei nº 670, de 2015, de autoria do deputado João Paulo Rillo. Dispõe sobre a criação, organização e atuação de Grêmios Estudantis nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio públicos e privados.

10 - Projeto de lei nº 671, de 2015, de autoria do deputado João Paulo Rillo. Altera a denominação da "Escola Estadual Conjunto Habitacional Carrãozinho III" para "Escola Estadual Antônio Carlos Brasileiro de Almeida Jobim (Tom Jobim)", na Capital.

11 - Projeto de lei nº 672, de 2015, de autoria do deputado João Paulo Rillo. Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção integral do pagamento de tarifa aos estudantes do ensino fundamental, médio e superior nos transportes públicos de passageiros do sistema de transporte intermunicipal na modalidade suburbana, gerido pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP

12 - Projeto de lei nº 673, de 2015, de autoria do deputado João Paulo Rillo. Dispõe sobre a apresentação de prestação de contas pelo Poder Executivo ao

Poder Legislativo no que se refere à atuação das Organizações Sociais no Estado.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 646, de 2015, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Declara de utilidade pública a "Associação de Amigos Nova Vale", em Lagoinha.

2 - Projeto de lei nº 647, de 2015, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Declara de utilidade pública a "Associação de Convivência da Melhor Idade Sol Nascente", em Paulicéia.

3 - Projeto de lei nº 648, de 2015, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Declara de utilidade pública o "Grupo União dos Amigos", em Franca.

4 - Projeto de lei nº 649, de 2015, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Declara de utilidade pública a "Associação Beneficente CISNE", em Carapicuíba.

5 - Projeto de lei nº 650, de 2015, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Declara de utilidade pública o "Instituto VIVA RIM", na Capital.

6 - Projeto de lei nº 651, de 2015, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Declara de utilidade pública o "Lar dos Velhinhos de São Vicente de Paula", em Cunha.

7 - Projeto de lei nº 652, de 2015, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Declara de utilidade pública a "Associação Beneficente Reino de Oxósse", em Biritiba Mirim.

8 - Projeto de lei nº 653, de 2015, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Declara de utilidade pública a "Instituição Beneficente Castelo Forte", na Capital.

9 - Projeto de lei nº 654, de 2015, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Declara de utilidade pública a "Associação Comunitária de Cidadania - Anjo da Luz", em Francisco Morato.

10 - Projeto de lei nº 655, de 2015, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Proíbe a prática do proselitismo político no Sistema Educacional do Estado de São Paulo.

11 - Projeto de lei nº 656, de 2015, de autoria do deputado Marcos Damasio. Dispõe sobre a proibição do uso da água fornecida pela SABESP para lavagem de calçadas e passeios públicos em todo o Estado.

12 - Projeto de lei nº 657, de 2015, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Dá a denominação de "Gerson Ferriello" à passarela localizada no km 12 da Rodovia SP 129, no bairro Parque Residencial Novo Mundo, em Boituva.

13 - Projeto de lei nº 658, de 2015, de autoria do deputado Edmir Chedid. Dá a denominação de "Vereador Abílio Monte" à perimetral, situada no Município de Itatiba, que liga o Complexo Viário Eng. Chil Moisés Stenberg (Interseção SP 063/SP 360) à Rodovia Dom Pedro I (SP 065), em Itatiba.

14 - Projeto de lei nº 659, de 2015, de autoria do deputado Edmir Chedid. Dispõe sobre a obrigatoriedade da Secretaria Estadual da Saúde de oferecer gratuitamente a vacina contra o HPV - papilomavírus humano - para meninos e homens de 9 a 45 anos no programa público de vacinação e imunização em todo o Estado.

15 - Projeto de lei nº 660, de 2015, de autoria do deputado Welton Gasparini. Dá a denominação de "Dr. Luiz Gaetani" à unidade da Faculdade de Tecnologia em Ribeirão Preto - FATEC Ribeirão Preto.

16 - Projeto de lei nº 661, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Dispõe sobre o exercício da profissão de podólogo no âmbito do Estado.

17 - Projeto de lei nº 662, de 2015, de autoria do deputado Celso Nascimento. Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistemas de captação de energia solar e reaproveitamento de água de chuva na construção de novos prédios, centros comerciais e condomínios residenciais no âmbito do Estado.

18 - Moção nº 33, de 2015, de autoria do deputado Edmir Chedid. Apela para a Sra. Presidenta da República para que determine ao Ministério da Saúde a inclusão da vacina contra o HPV - papilomavírus humano - para a população masculina no Programa Nacional de Imunizações.

19 - Moção nº 34, de 2015, de autoria do deputado Teonilio Barba. Apela para o Sr. Presidente do Senado Federal, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços no sentido de rejeitar o PL nº 4330/2004.

Em pauta por 15 (quinze) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 2º do artigo 246 do Regimento Interno.

10ª Sessão

Projeto de lei nº 587, de 2015, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016.